



CRM-AP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAPÁ

Relatório de gestão do exercício 2017

Macapá-AP, 2017

Relatório de gestão do exercício 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

Macapá-AP, 2018



Lista de sigas e abreviações

Siglas e Abreviações	Denominação
CFM	Conselho Federal de Medicina
CRM-AP	Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá



Lista de anexos e apêndices

Anexos e Apêndices	Localização no texto	Denominação
Anexo I	Pag. 27	Organograma
Anexo II	Pag. 28	Realização da Receita
Anexo III	Pag. 31	Realização das Despesas
Anexo IV	Pag. 33	Balanço Financeiro
Anexo V	Pag. 35	Balanço Orçamentário
Anexo VI	Pag. 38	Balanço Patrimonial
Anexo VII	Pag. 40	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Anexo VIII	Pag. 43	Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Anexo IX	Pag. 45	Editais de Convocação - Publicação
Anexo X	Pag. 46	Ata de aprovação
Anexo XI	Pag. 47	Parecer da Comissão de Tomadas de Contas

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. VISÃO GERAL	9
2.1. Finalidades e competências	9
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	9
2.3. Breve histórico da entidade	9
2.4. Organograma	9
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	9
3.1. Planejamento organizacional	0
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	10
3.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	10
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	10
3.3. Desempenho orçamentário	10
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	10
3.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos	10
3.3.3. Informações sobre a realização das receitas	10
3.3.4. Informações sobre a execução das despesas	10
3.4. Desempenho operacional	11
3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	11
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	12
4.1. Descrição das estruturas de governança	12
4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	12
4.3. Atuação da unidade de auditoria interna	15
4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	16
4.5. Gestão de riscos e controles internos	16
4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	16
4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	22
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	23
5.1. Gestão de Pessoas	23
5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade	23
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	24
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	24
5.1.4. Contratação de Mão de obra temporária	24
5.2. Gestão da Tecnologia da Informação	24
5.2.1. Principais sistemas de informações	24
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	24
6.1. Canais de acesso do cidadão	24
6.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	25
6.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	25
6.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	25

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	25
7.1. Desempenho financeiro no exercício	25
7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	25
7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	25
7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	25
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	25
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	25
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	25
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	25
9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	25
10. ANEXOS E APÊNDICES	26

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório de gestão, do exercício de 2017, está embasado nas normas do Tribunal de Contas da União, normas do Conselho Federal de Medicina e normas internas. Este relatório constará de dados técnicos, financeiros, contábeis e administrativos para apresentar de forma mais clara o desempenho do CRM-AP no ano de 2017. Com base nos dados compilados dos Departamentos Internos do CRR-AP será possível apresentar as atividades realizadas pelo Conselho no ano de 2017, aglutinando, em um único documento, toda o trabalho e desempenho de uma gestão.

O ano de 2017 representou para o CRM-AP uma guinada nas ações outrora planejadas, porém sem orçamento para a realização. Com um enxugamento de despesas e uma melhor gestão dos recursos financeiros, foi possível abrir o leque de ações, investimentos e planejamentos não possíveis de realização em anos anteriores. Vamos abordar, por departamentos/setores, as principais ações da gestão 2017.

a) Setor de Registros:

Foram inscritos 60 médicos;

Foram registradas 46 especialidades;

Em 31/12/2017, o quadro de médicos ativos inscritos no Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá era de 912.

Foram cadastradas/registradas 13 empresas. E, em 31/12/2017, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá contava com 109 cadastros/registro de Pessoas Jurídicas ativas.

b) Coordenação de Fiscalização:

Os médicos fiscais, pertencentes ao corpo de Conselheiros do CRM-AP, fiscalizaram unidades de saúde públicas e privadas em Macapá, Santana e Amapá. Destas visitas, foram emitidos 32 Relatórios de Vistoria e este número se divide em:

i) 30 unidades visitadas na Capital e 2 unidades visitadas no interior do Estado,

totalizando 32 Relatórios de Vistoria;

ii) 5 unidades eram Públicas e 27 unidades eram privadas, totalizando 32 Relatórios de Vistoria;

iii) Todas as unidades de saúde visitadas apresentaram regularidades.

c) Setor de Processos:

Foram protocolizadas 34 denúncias. Foram instauradas 38 Sindicâncias e 07 Processos Ético-Profissionais.

Foram julgadas 45 Sindicâncias em Sessões Plenárias e foram realizadas 2 sessões de julgamento,

d) Gabinete da Presidência:

Foram realizadas 37 Reuniões de Diretoria e 5 Sessões Plenárias.

e) Comissão Permanente de Licitação:

Foram instaurados 13 Processos de Licitação em 2017, sendo realizados 2 Pregões; 10 Dispensa e um processo cancelado.

Com relação à força de trabalho, ao todo, 10 (dez) servidores se dividem em Setores para assessorar os 20 (vinte) conselheiros nos cumprimentos de seus deveres. A principal dificuldade encontrada é a falta de servidores para aprimorar e ampliar os projetos e serviços oferecidos.

2. VISÃO GERAL

2.1. Finalidade e competências

Aos conselhos regionais de medicina compete supervisionar a ética profissional e, ao mesmo tempo, julgar e disciplinar a classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que exercem legalmente. Os conselhos regionais têm a responsabilidade também de manter cadastro atualizado de profissionais e empresas médicas, cabendo-lhes a emissão das cédulas de identidade profissional e das certidões de regularidade das pessoas jurídicas.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Lei 3268/1957. Dispõe sobre os Conselhos Regionais de Medicina, e dá outras providências.

Decreto nº 44.045/1958. Aprova o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina, a que se refere a Lei nº 2.268, de 30 de setembro de 1957.

Lei 11.000/2004. Altera dispositivos da Lei nº 2.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos Regionais de Medicina, e dá outras providências.

Decreto nº 6.821/2009. Altera o Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, que aprova o regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina a que se refere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957.

Lei nº 12.514/2011. Dá nova redação ao artigo 4º da Lei 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

2.3. Breve histórico da entidade

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá, criado pela Lei nº 3.268, de 30/09/1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19/07/1958, tem como finalidade essencial a fiscalização do exercício da medicina, cabendo-lhe zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que exerçam legalmente.

2.4. Organograma

Anexo

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. Planejamento Organizacional

A metodologia do planejamento contemplou a definição da missão, visão e valores, análise dos aspectos dos ambientes externa e interno para a identificação de cenários e principais mudanças e respectivas oportunidades e ameaças, para assim, formular os objetivos estratégicos da gestão.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos do Conselho Regional de Medicina do estado do Amapá estão pautado nas metas traçadas para o exercício 2017.

3.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Conselho Regional de Medicina do estado do Amapá tem missão, por meio das ações derivadas das diretrizes estabelecidas, diante dos recursos humanos e orçamentários disponíveis, a gestão da entidade optou pela estratégia de execução de modo progressivo e seletivo em médio e longo prazo para implementação dos objetivos estabelecidos.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Os objetivos do CRM-AP são inerentes de órgãos superiores da administração pública federal, tentando conduzir de forma eficaz suas competências legais e aprimorando sua atuação perante a sociedade. Os objetivos estratégicos foram devidamente trabalhados, com participação de todas as unidades do CRM-AP, garantida sempre a autonomia do CRM-AP na busca de suas metas.

3.3. Desempenho Orçamentário

O Conselho regional de Medicina do Amapá, no ano 2017, pautou suas ações, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Orçamentária, Lei 4320/64. Cabe ser dito que nosso orçamento foi elaborado com valor previsto de R\$ 5.977.218,50, a fim de efetivamente cumprir os objetivos e metas da deste Regional, tendo sido o mesmo devidamente homologado.

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A execução orçamentária das despesas corrente e de capital do CRM-AP possui como base legal a Lei 4320/64 e demonstra um procedimento sistemático para o uso de valores às suas atividades fins, tudo conforme as previsões realizadas em orçamento para o ano de 2017 e devidamente homologadas.

3.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos

Não foram realizadas transferências no ano de 2017

TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES MÉDICAS

Quadro nº 1

Nº	Beneficiário	Objeto	Modalidade	Situação	Data Início	Data Término	Valor Total Pactuado	Valor Total Repassado
1								
2								

3.3.3. Informações sobre a realização das receitas

O quadro anexo a este relatório demonstra a realização da receita pelo CRM-AP

3.3.4. Informações sobre a realização das despesas

O quadro anexo a este relatório demonstra a realização da despesa pelo CRM-AP

Despesas Por Modalidade de Contratação (Quadro nº 2)

Modalidade de Contratação	Despesa Líquida		Despesa Paga	
	2016	2017	2016	2017
1- Modalidade (a+b+c+d)	212.893,47	246.965,59	212.893,47	246.965,59
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	160.270,66	60.829,77	160.270,66	60.829,77
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	52.622,81	186.135,82	160.270,66	60.829,77
2- Contratações Diretas (h+i)	62.435,14	92.915,40	62.435,14	92.915,40
h) Dispensa	21.948,69	55.252,93	21.948,69	55.252,93
i) Inexigibilidade	40.486,45	37.662,47	40.486,45	37.662,47
3- Regime de Execução Especial	23.486,42	16.700,00	23.486,42	16.700,00
j) Suprimento de Fundos	23.486,42	16.700,00	23.486,42	16.700,00
4- Pagamento de Pessoal (k+l)	751.687,62	731.540,79	751.687,62	731.540,79
k) Pagamento de Folha	620.012,62	660.765,79	620.012,62	660.765,79
Diárias	131.675,00	70.775,00	131.675,00	70.775,00
5- Outros	331.685,54	372.582,96	331.685,54	372.582,96
Total (1+2+3+4+5)	1.382.188,19	1.460.704,74	1.382.188,19	1.460.704,74

3.4. Desempenho operacional

Os resultados representam a soma de esforços do corpo de conselheiros e dos servidores , cujo objetivo é prestar atendimento de qualidade ao cidadão-usuário, mantendo a transparência e compromisso com a sociedade.

3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Macro objetivo, Objetivo, ou Meta

FISCALIZAÇÃO

Ação

REALIZAR FISCALIZAÇÃO EM UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO AMAPÁ.

Descrição do Resultado

Parcialmente alcançado devido a falta de tempo para os Conselheiros atuarem nesta área, além da precariedade das estradas do Estado.

Setor Responsável

Coordenação de Fiscalização

Valor Planejado

R\$ 150.000,00

Valor Executado

R\$ 25.536,04

Informações Adicionais

O CRM-AP executou parte do cronograma estabelecido no início do ano na capital e interior do Estado, com objetivo de verificar irregularidades nas empresas e dos profissionais prestadores de serviços médicos. Foram realizadas fiscalizações fora do cronograma. Devido as péssimas condições do veículo que atende as fiscalizações do interior, foi autorizado pelo CFM a utilização de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de um novo veículo para atender a demanda, o que foi realizado pregão em 12 de dezembro de 2017 e adquirido o referido veículo, que será entregue no início do ano de 2018.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá reflete a sua natureza de colegiado. A Diretoria é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário(a), 2º Secretário(a), 1º Tesoureiro(a), 2º Tesoureiro(a). Ainda compõe a Diretoria as Comissões e Corregedoria, de acordo com as respectivas competências. O Plenário é a instância máxima do CRM AP.

4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

Quadro nº 3

Nome:	Dorimar dos Santos Barbosa	Cargo:	Presidente
CPF:	060.039.152-34	Reg. Profissional	381
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Rosenilda Rosete de Barros	Cargo:	1ª Secretária
CPF:	793.621.688-04	Reg. Profissional	279
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Rosilene Lopes Trindade	Cargo:	2ª Secretária
CPF:	380.917.122-00	Reg. Profissional	376
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Maria das Graças Creão Salgado	Cargo:	Corregedora



CPF:	049.121.522-34	Reg. Profissional	163
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Roberval da Silva Menezes	Cargo:	Tesoureiro
CPF:	047.727.842-68	Reg. Profissional	258
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Domingos Sávio de Souza Guerreiro	Cargo:	2º Tesoureiro
CPF:	208.370.382-00	Reg. Profissional	339
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Alberto Souza Paes	Cargo:	Conselheiro
CPF:	109.971.222-72	Reg. Profissional	343
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Valéria Alcantara Smith de Moraes	Cargo:	Conselheira
CPF:	581.995.352-53	Reg. Profissional	740
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Paulo Roberto Balbino	Cargo:	Vice-Presidente
CPF:	581.995.352-53	Reg. Profissional	418
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Crhistiane Fonseca Gonçalves	Cargo:	Conselheira



CPF:	258.868.178-67	Reg. Profissional	704
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Fernando Jorge Alencar Fernandes	Cargo:	Conselheiro
CPF:	101.765.602-97	Reg. Profissional	388
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Thiago Afonso C. Celestino Teixeira	Cargo:	Conselheiro
CPF:	629.600.912-72	Reg. Profissional	925
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Alverne José de Souza Lopes	Cargo:	Conselheiro
CPF:	067.952.262-04	Reg. Profissional	996
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Kátia Jung de Campos	Cargo:	Conselheiro
CPF:	450.319.750-91	Reg. Profissional	427
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:		Cargo:	
CPF:		Reg. Profissional	
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Ana Lúcia da Cunha Barbosa	Cargo:	Conselheira

CPF:	173.930.602-30	Reg. Profissional	731
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Anderson Walter Costa da Silva	Cargo:	Conselheiro
CPF:	411.326.702-25	Reg. Profissional	634
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Dirceu Cardoso de Lima Sobrinho	Cargo:	Conselheiro
CPF:	680.555.282-68	Reg. Profissional	1049
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Olavo Magalhães Picanço Junior	Cargo:	Conselheiro
CPF:	582.499.072-72	Reg. Profissional	1054
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018
Nome:	Rejane Melo Marques	Cargo:	Conselheira
CPF:	615.654.582-49	Reg. Profissional	895
Ato Designação	Ata Plenária	Data do Ato	01/10/2013
Início do Mandato	01/10/2013	Final do Mandato	30/09/2018

4.3. Atuação da unidade de auditoria interna

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá não possui unidade ou seção de auditoria interna da própria entidade. Há uma comissão interna denominada Comissão de Tomada de Contas, composta por três Conselheiros, indicados pela plenária em reunião ordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, nomeados pela Portaria nº 064/2013.

Essa Comissão é o órgão de controle interno da entidade, que tem por finalidade zelar pela regularidade da gestão administrativa e financeira do Conselho. Sua função é apreciar as contas da entidade e verificar a forma e o conteúdo dos documentos contábeis e financeiros.

Dentre as suas atribuições, estão a emissão de pareceres sobre a proposta orçamentária, sobre os balancetes mensais, exame de execução orçamentária, balanços patrimoniais, prestação de contas anual, entre outras

4.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

Quanto aos procedimentos éticos, o CRM-AP possui o cargo de Corregedor e Vice-Corregedor, que atuam de forma semelhante ao Poder Judiciário, atuando como controladores dos processos a fim de que não haja qualquer desvio ou irregularidade.

No que se refere ao controle dos atos administrativos irregulares cometidos por colaboradores da entidade, as investigações são formalizadas em sindicâncias/processos administrativos funcionais.

4.5. Gestão de riscos e controles internos

O Conselho regional de medicina do Estado do Amapá dispõe de Comissão de Controle Interno, Tomadas de Contas, que se reúnem mensalmente para analisar as contas antes das mesmas serem apresentadas ao Plenário do CRM-AP.

4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

O mandato dos membros do colegiado do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá é meramente honorífico, não recebem remuneração pelos serviços dedicados exclusivamente à fiscalização e à normatização da medicina no Brasil, conforme definido no art. 6º da Lei nº 3.268/57, assim disposto:

Lei nº 3268/57

...

Art. 13 O mandato dos membros dos Conselhos Regionais será meramente honorífico, e exigida como requisito para eleição a qualidade de brasileiro nato ou naturalizado.

Os conselheiros do CRM/.., especialmente, quando convocados para participar de reuniões plenárias, diretoria e comissões e eventos diversos, recebem verbas com caráter indenizatórios (Diárias, verbas indenizatórias e auxílios de representação), para custear as despesas com o deslocamento para os diversos eventos, a fim de cumprir a missão institucional, legalmente estabelecido na letra “I” do art. 5º da Lei nº 3.268/1957, incluído pela Lei nº 11.000/2004, de 15 de dezembro de 2004, assim definido:

Lei nº 3268/57

...

Art. 5º São atribuições do Conselho Federal:

...

l) normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílio de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais. (Incluído pela Lei nº 11.000, de 2004)

De acordo com a legislação pertinente, a matéria foi regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina através das Resoluções CFM nº 2.141/2016, de 25/02/2016 e nº 2.146/2016, de 19/05/2016, nas quais foram estabelecidos os valores, critérios e definições vigentes para o exercício de 2017, tudo de acordo com a capacidade financeira e disponibilidade orçamentária e, principalmente, em estrita observância aos critérios de economicidade, razoabilidade e legalidade, conforme pesquisas de mercado dos preços praticados em diversas localidades para os serviços de hotel, restaurantes e transporte local.

Em relação aos valores efetivamente desembolsados para os conselheiros, quando do cumprimento da missão institucional, e aos funcionários da Entidade, quando da prestação de serviços que lhe são afetos, todos são disponibilizados no Portal da Transparência, em obediência à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e determinação do Tribunal de Contas da União.

Apresentamos os valores recebidos pelos Conselheiros Regionais, efetivos e suplentes, a título de auxílio de representação, diárias e verbas indenizatórias, além de eventual reembolso de combustível, referentes aos exercícios de 2016 e 2017, devidamente detalhados por nome e com as características das despesas:

VALORES RECEBIDOS PELOS CONSELHEIROS
EXERCÍCIO DE 2016 E 2017

Quadro nº 4

NOME DO CONSELEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	1.200,00	2.200,00
	DIÁRIA	13.975,00	10.725,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	5.040,00	6.000,00
	TOTAL	20.215,00	18.925,00
NOME DO CONSELEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
ROSENILDA ROSETE BARROS	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	600,00	13.800,00
	DIÁRIA	7.800,00	4.875,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	4.200,00	5.520,00



		TOTAL	12.600,00	14.195,00
NOME DO CONSELEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO		
		2016	2017	
		VALOR RECEBIDO		
ROSILENE LOPES TRINDADE	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	2.800,00	5.400,00	
	DIÁRIA	8.775,00	4.225,00	
	VERBA INDENIZATÓRIA	4.080,00	3.480,00	
	TOTAL	15.655,00	13.105,00	
NOME DO CONSELEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO		
		2016	2017	
		VALOR RECEBIDO		
MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	200,00	1.000,00	
	DIÁRIA	2.600,00	975,00	
	VERBA INDENIZATÓRIA	4.200,00	3.960,00	
	TOTAL	7.000,00	5.935,00	
NOME DO CONSELEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO		
		2016	2017	
		VALOR RECEBIDO		
ROBERVAL DA SILVA MENEZES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	600,00	800,00	
	DIÁRIA	9.425,00	4.225,00	
	VERBA INDENIZATÓRIA	5.040,00	6.840,00	
	TOTAL	15.065,00	11.865,00	
NOME DO CONSELEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO		
		2016	2017	
		VALOR RECEBIDO		
DOMINGOS SÁVIO DE SOUZA GUERREIRO	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00	
	DIÁRIA	0,00	0,00	
	VERBA INDENIZATÓRIA	120,00	120,00	



	TOTAL	120,00	120,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
ALBERTO SOUZA PAES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	200,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	720,00	600,00
	TOTAL	720,00	800,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
VALÉRIA ALCANTARA SMITH DE MORAES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	840,00	600,00
	TOTAL	840,00	600,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
PAULO ROBERTO BALBINO	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	800,00
	DIÁRIA	1.300,00	4.225,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	4.680,00	5.880,00
	TOTAL	5.980,00	10.905,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
CRHISTIANE FONSECA GONÇALVES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	200,00
	DIÁRIA	0,00	4.550,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	3.600,00	3.960,00



	TOTAL	3.600,00	8.710,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
FERNANDO JORGE ALENCAR FERNANDES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	400,00
	DIÁRIA	16.575,00	3.250,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	2.280,00	4.320,00
	TOTAL	18.855,00	7.970,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
THIAGO AFONSO CARVALHO CELESTINO TEIXEIRA	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	240,00	0,00
	TOTAL	240,00	00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
ALVERNE JOSÉ DE SOUZA LOPES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	480,00	0,00
	TOTAL	480,00	0,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
KÁTIA JUNG DE CAMPOS	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	0,00	0,00



	TOTAL	0,00	0,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
ANA LÚCIA DA CUNHA BARBOSA	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	120,00	0,00
	TOTAL	120,00	0,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
ANDERSON WALTER COSTA DA SILVA	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	975,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	120,00	120,00
	TOTAL	1.095,00	120,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
DIRCEU CARDOSO LIMA SOBRINHO	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	400,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	120,00	600,00
	TOTAL	120,00	1.000,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
OLAVO MAGALHÃES PICANÇO JUNIOR	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	200,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	360,00	360,00

	TOTAL	360,00	560,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
REJANE MELO MARQUES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	240,00	0,00
	TOTAL	240,00	0,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
ACHILLE EDUARDO PONTES	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	0,00	240,00
	TOTAL	0,00	240,00
NOME DO CONSELHEIRO	TIPO DE VERBA	EXERCÍCIO	
		2016	2017
		VALOR RECEBIDO	
MARCO TULIO MUNIZ	AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00
	DIÁRIA	0,00	0,00
	VERBA INDENIZATÓRIA	0,00	240,00
	TOTAL	0,00	240,00

4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Conselho Regional de Medicina não tem auditoria independente. A Auditoria é realizada anualmente pelo órgão superior, Conselho Federal de medicina.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

A força de trabalho do Conselho Regional de Medicina do Amapá é composta por 10(dez) servi[dores lotados na sede do órgão, sendo 6(seis) funcionários efetivos e 4(quatro) funcionários com cargo em comissão.

5.1. Gestão de Pessoas

Força de Trabalho do CRM-AP: Quadro nº 5

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos	8	6	0	0
1.2. Servidores de Carreira	8	6	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8	6	0	0
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	4	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	13	10	0	0

5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

Distribuição da Lotação Efetiva: Quadro nº 6

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira	6	6
1.1. Servidores de Carreira	6	0
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
2. Total de Servidores	6	0

Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Conselho Quando nº 7

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	4	0	0
1.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	4	0	0
1.1.1. Sem Vínculo	5	4	0	0
2. Funções Gratificadas	9	4	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	4	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	14	8	0	0

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoa

QUADRO Nº 8 – DESPESAS DE PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Demais Despesas Variáveis		
Funcionários de carreira vinculados ao órgão da unidade								
Exercícios	2016	215.904,12	0,00	31.414,10	0,00	0,00	0,00	247.318,22
	2017	222.844,29	0,00	36.430,08	0,00	0,00	0,00	259.274,37
Funcionários de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade								
Exercícios	2016	218.957,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	218.716,69
	2017	249.716,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.716,69

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O CRM-AP conta com o setor Administrativo para acompanhar todos os assuntos inerentes os servidores da instituição e eventualmente empresa para elaboração anual do PPRA e PCMSO com indicativo de risco de cada uma das atividades desenvolvidas pelos servidores.

5.1.4. Contratação de mão de obra temporária

No ano de 2017 o CRM-AP possui uma empresa contratada para limpeza e conservação, com dois empregados.

5.2. Gestão da Tecnologia da Informação

O Conselho Regional de Medicina do Amapá, possui um Setor de Informática, que atualmente está sem servidor, pelo fato de não ter concurso público com validade, porém há um servidor efetivo exercendo uma função gratificada, que responde pelo setor.

5.2.1. Principais sistemas de informações

O Conselho Regional de Medicina do Amapá, ainda não possui um Plano Estratégico de TI.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso do cidadão

Buscando atender aos anseios da sociedade, bem como a Lei do acesso as informações, o CRM-AP disponibiliza alguns canais de acesso para relacionamentos com a comunidade médica, prestadores e sociedade. Atualmente conta com atendimento presencial e por telefone, de segunda a sexta feira, no horário de 13:00h às 19:00h, disponibiliza também uma página web: www.crm.ap.org.br e email: crmap@portalmedico.org.br.

6.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Conselho Regional de Medicina do Amapá, não dispõe de instrumento de pesquisa de satisfação.

6.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Buscando atender a Lei de Acesso a Informação, o Conselho Regional de Medicina do Amapá, tem em seu portal, área específica da transparência.

6.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

A sede do Conselho Regional de Medicina já possui acesso para pessoas com dificuldades de locomoção.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro no exercício

O fluxo financeiro do CRM-AP no ano de 2017 resultou em disponibilidade líquida, em 31/12/2017 de R\$ 304.344,09. Disponibilidade esta resultante da soma de esforços da Diretoria juntamente com os funcionários, que conseguiram aperfeiçoar o controle e gestão dos dados.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Foram implantados procedimentos para controle, reavaliação, depreciação, amortização e inventário dos Bens Patrimoniais.

7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Conselho Regional de Medicina do Amapá, não adota apuração por Centro de Custo.

7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

EM ANEXO

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O Conselho regional de Medicina do Amapá segue as determinações do Tribunal de Contas da União.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Inadimplência: O CRM-AP busca mensalmente através de envio de cobrança aos inadimplentes, baixar esse índice.

Controle das Receitas: Estamos buscando verificar as diferenças que existem no sistema SIEM para o SICONT.

Dívida Ativa: Estamos aguardando a implantação do novo sistema de cobrança de Dívida Ativa, para melhorarmos os registros dessa modalidade.

Controle de Bens Patrimoniais e Controle de Bens de Consumo: O CRM-AP está adotando mais rigor no controle dos Bens Patrimoniais e de Consumo, visando está de acordo com a Lei nº 4320/64 e Resolução CFM 2.124/2015.

Lei de Acesso à informação: O CRM-AP, implementou em 2017, todas as informações possíveis, para atendimento a Lei de Acesso à Informação.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No ano de 2017 não houve necessidade de abertura de qualquer procedimento para apuração de danos ao erário por parte deste Regional.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Como restou devidamente demonstrado no decorrer deste Relatório, o CRM-AP pautou sua conduta de forma íntegra, visando sempre os princípios legais que regem a Administração Pública. Ademais, é dever nosso prestar todas as informações necessárias, sejam elas orçamentárias e/ou administrativas, o que acreditamos ter sido cumprido.

10. ANEXOS E APÊNDICES

- Anexo I – Organograma
- Anexo II – Realização da Receita
- Anexo III – Realização da Despesa
- Anexo IV – Balanço Financeiro
- Anexo V – Balanço Orçamentário
- Anexo VI – Balanço Patrimonial
- Anexo VII – Demonstrativo do Fluxo de Caixa
- Anexo VIII – Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo IX – Edital de Convocação – Publicação
- Anexo X – Ata de aprovação
- Anexo XI – Parecer da Comissão de Tomadas de Contas